

# PERSPECTIVAS

## COMUNICAÇÃO & RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

5ª EDIÇÃO  
SETEMBRO/2021

### MERCADO VOLUNTÁRIO DE CARBONO

A economia de baixo carbono já é uma realidade, sendo responsável por uma grande movimentação de recursos. Segundo matéria da Forbes, em 2020, ela foi responsável por movimentar cerca de US\$ 269 bilhões, valor que aumentou cinco vezes em relação a 2017. Ainda segundo a Forbes, parte dos analistas econômicos que estudam o tema acredita que **o mercado de carbono deve ultrapassar, antes de 2050, o de óleo e gás, responsável por movimentar cerca de US\$ 2 trilhões, se tornando, assim, o maior mercado do século XXI.**

Até o estabelecimento de um mercado global de carbono, cujas bases devem ser definidas nas negociações em torno do Artigo 6 do Acordo de Paris, durante a COP26, em novembro deste ano, a economia de baixo carbono tem sido largamente movimentada por iniciativas voluntárias de transação de créditos de carbono ao redor do mundo.

**Os mercados voluntários de carbono têm tido papel central no esforço de empresas e governos locais em atingir suas metas de compensação de emissões, representando instrumento fundamental para a liderança que o setor privado exerce na transição para uma economia de baixo carbono.**

Nesta edição da Newsletter Perspectivas, focaremos nos mercados voluntários de carbono existentes e nas oportunidades que representam para as empresas líderes na transição para uma economia de baixo carbono.



### COMO SURTIU O MERCADO VOLUNTÁRIO DE CARBONO

O mercado regulado de carbono surgiu como consequência do Protocolo de Quioto, tratado internacional assinado por 141 países e que entrou em vigor em 2005. Nele, os signatários se comprometeram com a redução de suas emissões de GEE por meio da criação de obrigações legais, entre elas a possibilidade de compra de créditos de carbono.

Nesse mesmo momento, surgem também os mercados voluntários de carbono, incluindo indivíduos, empresas, grupos ou setores que almejam reduzir ou compensar suas emissões por meio da geração e compra de créditos de carbono voluntários, auditados por uma entidade independente.

De modo a garantir a confiabilidade e credibilidade diante dos compradores, devido à falta de regulação desses mercados, foram criados padrões que estabelecem indicadores para a contabilidade de carbono e avaliação da contribuição dos projetos na geração de benefícios ambientais e sociais locais.

Segundo o relatório "State and Trends of Carbon Pricing 2021", publicado pelo Banco Mundial para apresentar o status e as tendências dos mecanismos de precificação de carbono no mundo, **a pandemia de Covid-19 teve pouco impacto nas iniciativas de mercado voluntário de carbono, que em 2020 cresceram 30%.**

Em novembro de 2004, o Brasil submeteu seu primeiro projeto de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), criado no Protocolo de Quioto. Até setembro de 2019, o Brasil possuía 343 projetos registrados, sendo o terceiro país com o maior número de projetos MDL, atrás da China (3.764 projetos) e da Índia (1.669 projetos).

Dentre as iniciativas de padrões e metodologias no mercado voluntário, as mais utilizadas no Brasil são o Gold Standard e o Verified Carbon Standard (VCS). Em relação ao primeiro, o país conta com 9 projetos certificados e 5 em processo de certificação. Em 2019, o Brasil foi o sétimo país a comercializar o maior número de créditos de carbono dentro de mercados voluntários.



## OS MECANISMOS DE REDUÇÃO DE EMISSÕES

Criado no Protocolo de Quioto, o MDL possibilitava aos países que mais emitem GEE financiar a execução de projetos que visam à redução de emissões em outros países. Os projetos aprovados pelo programa geravam as Reduções Certificadas de Emissões (RCE), que validavam os créditos de carbono dos países financiadores. No entanto, as incertezas em relação ao Protocolo de Quioto também levaram a dúvidas sobre o MDL. Em 2013, a União Europeia, até então a maior fonte de demanda por RCEs, deixou de reconhecer os créditos de MDL de grandes países em desenvolvimento, como o Brasil. Essa decisão levou ao colapso do valor de RCEs e um aumento no descrédito do MDL.

O Brasil então propôs o MDL+. Nos moldes do MDL, o programa permitia o cancelamento voluntário de unidades de RCE, incentivos positivos - e não punitivos - para o cumprimento das metas dos países em desenvolvimento e cuja elegibilidade para sediar projetos promotores do desenvolvimento sustentável fosse restrita a estes. **A proposta apresentada teve seus principais elementos incorporados no texto final do Acordo de Paris, em seu artigo 6, na forma do Mecanismo de Desenvolvimento Sustentável (MDS), cuja regulamentação está prevista para ocorrer na COP26 em novembro deste ano.**

## PROJETOS GOVERNAMENTAIS QUE IMPLEMENTAM MECANISMOS DE TRANSAÇÃO DE CRÉDITOS DE CARBONO

### RENOVABIO

O RenovaBio é um programa do governo federal lançado em 2016 pelo Ministério de Minas e Energia, que tem como principal instrumento o estabelecimento de metas nacionais anuais de descarbonização para o setor de biocombustíveis. Através do programa, os produtores voluntariamente certificam sua produção e recebem notas de eficiência energético-ambiental, que são multiplicadas pelo volume de biocombustível comercializado, resultando na quantidade de créditos de descarbonização (CBIOs). 1 CBIO equivale a 1 tonelada de emissões evitadas, que o produtor poderá vender no mercado. Atualmente, os CBIOs são comercializados exclusivamente na bolsa brasileira, a B3, e até julho deste ano já haviam sido emitidos 15,89 milhões de créditos.

### FLORESTA + CARBONO

O Programa Floresta+ Carbono, criado por iniciativa do atual ministro do Meio Ambiente, Joaquim Leite, estabelece diretrizes para a redução das emissões de gases de efeito estufa provenientes do desmatamento e da degradação florestal, bem como a conservação dos estoques de carbono florestal, manejo sustentável de florestas e aumento de estoques de carbono florestal, prevendo a geração de créditos de carbono por meio da conservação e recuperação da vegetação nativa. Desse modo, permite que empresas que não tenham como reduzir parte de suas emissões de carbono possam compensá-las, garantindo maior segurança aos compradores e promovendo incentivos aos desenvolvedores de projetos florestais.

# RENOVABIO E AS METAS ASSUMIDAS NO ACORDO DE PARIS



A sociedade brasileira precisa compreender que tem um importante patrimônio que deve ser transformado em desenvolvimento e bem-estar coletivo: chama-se capacidade de sequestrar ou evitar a emissão de carbono no processo produtivo de todos os segmentos da economia.

Este patrimônio, que na prática significa maior capacidade competitiva das nossas empresas no mercado internacional, precisa da atenção do governo e do Congresso para dotar a sociedade de uma regulamentação do comércio de CBios, com sistema de registro de emissões, para que o país seja considerado seguro neste que já pode ser considerado o grande negócio das bolsas no futuro, além de atrair cada vez mais investidores internacionais.

O mercado consumidor da União Europeia e de países como EUA e Canadá já exige produtos e serviços com baixa pegada de carbono no seu processo produtivo. Em breve será uma exigência insuperável no comércio internacional.

Desde 2015, o Brasil tem compromissos climáticos assumidos no Acordo de Paris que preveem um processo gradual de descarbonização da nossa matriz econômica. A meta de redução das emissões prevista é de 37% para 2025 e em 43% para 2030. Para 2031, o MME propôs uma meta de 95,67 milhões de CBios. A meta anunciada pelo governo para 2022 prevê um intervalo entre 25,67 e 42,67 milhões de toneladas de carbono. São tímidas.

O Renovabio, que é um exemplo para o Mundo como programa de descarbonização, é uma excelente iniciativa. Mas precisa ser melhor conhecido pela sociedade para que possa ser valorizado, ampliado e possibilite a utilização, cada vez mais, do potencial brasileiro de evitar ou reduzir as emissões de carbono, além de promover uma verdadeira revolução na agricultura brasileira.

E os biocombustíveis, em especial o biodiesel, são instrumentos fundamentais para que estas metas sejam atingidas e, no caso do biodiesel, é fundamental aprimorar a elegibilidade da soja. O governo está desconsiderando e até menosprezando a capacidade de sequestro de carbono que tem o biodiesel, por exemplo. Está entre os setores de produção de energia que mais gere externalidades positivas desde a produção de matérias primas até a roda do carro, que ainda não é considerada. Com os aspectos sociais o setor de biodiesel sobe ainda mais no ranking.

A China acabou de lançar o seu mercado de carbono. Na União Europeia, ainda o maior mercado, o CO2 já é uma commodity, um papel obrigatório no cardápio do mercado. O Brasil precisa transformar sua capacidade de sequestrar carbono, de evitar o lançamento de gases de efeito estufa na atmosfera, em crédito, em patrimônio, em empregos, em tecnologia e PIB.

- Donizete Tokarski, Diretor Superintendente da União Brasileira do Biodiesel e Bioquerosene (Ubrabio)

# MERCADO DE CARBONO TEM DESTAQUE EM EVENTO DA XP INVESTIMENTOS

O Mercado de Carbono foi destaque em um dos painéis da Expert XP 2021, evento anual da XP Investimentos, que ocorreu entre 23 e 26 de agosto.

No evento, a secretária da Amazônia, do Ministério do Meio Ambiente, Marta Giannichi, apontou o trabalho feito pelo governo para melhorar o ambiente de crédito voluntário, buscando trazer mais segurança jurídica e reconhecimento.

Os especialistas concordam que o Brasil tem condições de assumir posição de destaque no mercado de carbono, cuja perspectiva é de se tornar o maior do século XXI até mesmo antes de 2050, ultrapassando o mercado de óleo e gás.

## PERSPECTIVAS SOBRE O TEMA



A crescente mobilização de governos, organizações internacionais, empresas e sociedade civil em torno das soluções para mitigação das emissões de gases causadores de efeito estufa, impulsionada pelo recente relatório do IPCC e alimentada por inúmeras iniciativas multissetoriais, demonstra se tratar de uma transição sem volta e que vem ganhando força.

Nesse sentido, ganham as empresas e demais atores que se colocam à frente desse processo e que o enxergam como oportunidade.

Dentro dessa realidade, os mecanismos de precificação de carbono serão indispensáveis devido à sua eficiência, na medida em que atribuem preço a uma externalidade negativa: as emissões de GEE. Dessa forma, criam estímulos econômicos para a redução das emissões, premiando organizações que investem em tecnologias e soluções sustentáveis e permitindo compensar emissões. Conforme aponta o Banco Mundial, já são ao todo mais de 60 instrumentos de precificação de carbono - entre taxaço, mercado ou híbrido - implementados ou em implementação ao redor do mundo. Apenas em 2020, houve um crescimento de 30% desse número.

Portanto, os mercados voluntários de carbono desempenham papel fundamental na medida em que preparam empresas e demais atores da economia para a nova realidade, trazendo benefícios e competitividade sobretudo aos setores que investem na mitigação de suas emissões.

- Marina Mattar, fundadora e CEO da Perspectivas

## SOBRE A PERSPECTIVAS

Perspectivas é uma consultoria de Comunicação e Relações Institucionais especializada em estratégia de advocacy e comunicação com base nos pilares do diálogo, da ética e da transparência e com foco nos princípios de ESG (Environment, Social & Governance), em especial em Economia de Baixo Carbono.

Acesse as edições anteriores de nossa newsletter, em português e inglês, em: [www.perspectivasbr.com/newsletter](http://www.perspectivasbr.com/newsletter)

Contato: [perspectivas@perspectivasbr.com](mailto:perspectivas@perspectivasbr.com)

Edição: Marina Mattar, Pável Rêgo e Letícia Macário  
Projeto gráfico e diagramação: Letícia Macário e Pável Rêgo